

**AVALIAÇÃO DE ESPAÇOS DESTINADOS AO LAZER ESPORTIVO:  
NOTAS SOBRE UMA PROPOSTA METODOLÓGICA**

Edmilson Santos dos Santos<sup>1</sup>

[profedsantos@yahoo.com.br](mailto:profedsantos@yahoo.com.br)

**Resumo:** A promoção de política pública para a cidade não pode prescindir de parâmetros que possam balizar as intervenções do Estado. Sem informações qualificadas, o resultado da política pública pode ser o agravamento das desigualdades sociais já existentes. A finalidade deste estudo foi trazer para o debate acadêmico um conjunto de indicadores que têm sido utilizados para fazer análises do acesso aos espaços esportivos. São eles: área esportiva construída, área esportiva útil, área esportiva total, potencial esportivo, índice de diversidade esportiva, densidade esportiva, área esportiva por habitante (1, 2 e 3) e índice de conforto esportivo restrito e ampliado. Esses indicadores permitem aprimorar os processos de formulação, implementação, acompanhamento e controle social das políticas de esporte e lazer.

**Palavras-chave:** área esportiva, avaliação, planejamento urbano, política pública, lazer.

*Assessment of locations for sports leisure: notes on a methodological proposal.*

**Abstract:** *The promotion of public policies for a city cannot do without parameters which can delimit the intervention of the state. Without qualified data, the results of public policies may be the increase of already existing social inequalities. The purpose of this study was to bring out for academic discussion a set of indexes that have been used to analyze access to sports locations. Namely: sports building area, usable sports area, gross sports area, sports potential, sports diversity index, sports density, sports area per inhabitant (1, 2 and 3), and index of both restrict and comprehensive sports comfort. These indexes allow to improve the processes of design, implementation, follow-up and social control of policies related to sports and leisure.*

**Key words:** *sports area, assessment, urban planning, public policies, leisure.*

## INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Mestre Unisinos

No debate acadêmico sobre políticas públicas, o lazer esportivo ocupa uma posição periférica. Muito diferente é a realidade da política como ação dos órgãos de governo. Muitos programas têm sido criados no Brasil com o objetivo de estimular o desenvolvimento da cultura esportiva. Se pensarmos que o lazer, como referem Elias e Dunning (1992), depende de oportunidades construídas antecipadamente, o espaço onde essa prática social irá se desenvolver necessita ser colocado no centro da agenda. A democratização do acesso, em termos de localização, permanência e segurança, e o direito de escolha da modalidade que contemple o interesse do praticante não podem ser reféns de uma suposta cultura esportiva nacional que vê no futebol e na possibilidade de praticá-lo em espaços improvisados, como a rua, motivos para não questionarmos a realidade do sistema de lazer esportivo<sup>2</sup>.

O esporte, na sua versão contemporânea, tem a cidade como principal palco para o seu desenvolvimento. Ao ser percebido como um fenômeno tipicamente urbano, ele também acabou por incorporar os desafios colocados pelo próprio processo de urbanização. Dentre eles, destacam-se a segregação socioespacial e a violência como temas centrais desse debate<sup>3</sup>.

Concentração territorial homogeneamente pobre, ociosidade e ausência de atividades culturais e esportivas, falta de regulação social e ambiental, precariedade urbanística, mobilidade restrita ao bairro e, além dessas características todas, o desemprego crescente que, entre outras conseqüências, tende a desorganizar núcleos familiares e enfraquecer a autoridade dos pais: isso é a fórmula das bombas sociológicas. É impossível dissociar o território das condições socioeconômicas da violência (MARICATO, 2000, p. 30).

Diante de uma avaliação muitas vezes enviesada, o esporte aparece como uma das principais soluções quando se unem lazer, juventude e violência. Porém, não havendo uma causa única para o problema da violência das cidades brasileiras, não há como depositarmos numa única ação as soluções para esse verdadeiro drama de nossa sociedade.

O esporte faz parte da agenda dos direitos sociais básicos da população<sup>4</sup>, principalmente das crianças e jovens. A supressão desse direito tem contribuído para a superposição de carências, como afirmam Peres, Cardia e Santos (2006). Como refere Zaluar

---

<sup>2</sup> Para efeito deste trabalho, o Sistema de Lazer Esportivo é formado pelos espaços públicos que têm como uma de suas missões o desenvolvimento da cultura esportiva: praças, parques, centros comunitários e escolas.

<sup>3</sup> Caldeira (1997), Wacquant (2001), Kliskberg (2002), Ribeiro e Santos Jr. (2003), Rodriguez e Arriagada (2004), Torres (2004), Hughes (2004) e Davis (2006).

<sup>4</sup> A Constituição Federal de 1988 aponta, em seu Capítulo III/Seção III ,Artigo 217, parágrafo 3, que: “O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social”.

(1991, p. 28), “impedir alguém ou uma categoria de pessoas de dispor do lazer é impedir que percorra os caminhos de aquisição de cultura, de sabedoria, e também do prazer de criar, do gosto pelo que é gratuito e desinteressado, da paixão pelo inesperado e pela exibição da destreza”.

A supressão desse direito, num primeiro momento, dá-se pela falta do espaço qualificado que promova o desenvolvimento esportivo (nas bases colocadas no final do primeiro parágrafo), o que acaba por contribuir para o aprofundamento das carências que são causas da violência. É nas áreas segregadas (não estamos nos referindo aqui aos enclaves fortificados) que encontramos os mais baixos índices de acesso à infra-estrutura urbana. Nesse caso, a falta de acesso a espaços esportivos adequados acabou por restringir o direito de certos setores da população à cidade.

Apesar de o esporte não aparecer na agenda central dos debates como direito social, algo que podemos subtender com tranquilidade nas discussões que são realizadas no urbanismo e na sociologia, não há como negar a sua importância. Mais próximo à temática, Magnani (1998) compreende que a cidade impôs, a uma parcela importante de sua população, uma distribuição desigual dos equipamentos de lazer. Na mesma direção, Torres, Marques, Ferreira e Bitar (2003), Freire (2005), Castro, Abramoway e Andrade (2001) e Barbin (2003) apontam que os equipamentos públicos coletivos não estão distribuídos de forma homogênea na cidade. Barcellos e Mammarella (2001) identificaram que bens sociais raros e cobiçados, como os espaços públicos para o lazer, possuem uma distribuição desigual na cidade. Para Kowarick (2002) e Minayo (1994), a distribuição desigual dos direitos sociais produz vulnerabilidades sentidas apenas pelas populações mais necessitadas. Essa posição é compartilhada por Sant’Ana, Aerts e Lopes (2005), que apontam tal processo como sendo responsável pela vulnerabilidade instrumental. Há uma posição unânime de que o Estado é o principal responsável pelo fracasso urbano. Para Silva (1999, p. 118), “os pobres transformaram-se em vítimas, deserdados dos benefícios materiais da cidadania e membros periféricos de uma sociedade que o Estado não abarca inteiramente. Vítimas de uma ausência, a do Estado”.

Na legislação urbanística, as áreas destinadas ao lazer costumam ser designadas como áreas verdes, sistemas de lazer, áreas de recreação ou espaços livres de uso público. Para uma mesma designação, costumam-se atribuir funcionalidades diferentes. Alguns tentam

inclinam o debate mais no sentido ambiental, com áreas de preservação; outros incorporam a essas áreas a necessidade de equipamentos para o lazer. Festi (2004) diz que a literatura brasileira aponta que o indicador que mede o grau de acesso a essas áreas varia de 10 a 50 m<sup>2</sup> por habitante. No que diz respeito aos equipamentos de lazer, não há na literatura nenhum dado mais consistente sobre como avaliá-los. Há necessidade de indicadores que possam caracterizar melhor essa realidade, já que estudos apontam que são as práticas esportivas o principal motivo para a frequência em parques de diferentes cidades brasileiras (ALDEMIR, 1991; BIONDI e MÓRMUL, 2004; SANTOS, 2007).

Esse panorama acabou por criar uma realidade sobre a qual, do ponto de vista empírico, há poucas informações – pouco se sabe sobre como o lazer esportivo se apresenta hoje no que diz respeito às áreas a ele destinadas. A falta de informação qualificada impede que os governos façam uma discussão racional sobre a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento do lazer esportivo. Além disso, não podemos deixar de destacar que, em termos de políticas públicas – avaliação da política transformada em ação concreta para o cidadão –, temos pouca tradição e ainda faltam metodologias consolidadas (ALVIN, KATO, CASTRO e ZIONI, 2007).

Não estamos propondo o retorno a uma tecnocracia estatal, mas um planejamento mais horizontal, que não prescinde de informações. Como destacam Monte-Mór e Costa (2001), as informações muitas vezes não são produzidas pelos administradores públicos, nem pelos centros de pesquisas. Mesmo nos processos participativos de gestão do Estado, o volume das carências e o próprio imediatismo das demandas não permitem um planejamento de longo prazo a fim de superar certas vulnerabilidades.

A promoção de política pública para a cidade não pode prescindir de parâmetros que possam balizar as intervenções do Estado na tentativa de diminuir as disparidades regionais e de criar políticas para uma qualificação homogênea dos serviços oferecidos à população. Sem informações qualificadas, o resultado da política pública pode ser o agravamento das desigualdades sociais já existentes. Conforme Maricato (2007), sem indicadores que nos permitam avaliar a cidade real, nossa percepção fica limitada à perspectiva localista. Além disso, ficamos sem parâmetros para avaliar as políticas públicas e as gestões governamentais naquilo que une todos os cidadãos – o direito à cidade e, portanto, aos seus equipamentos para o lazer. É necessário aprimorar o processo de formulação,

implementação, acompanhamento e controle social não só das ações, como também das informações.

Por outro lado, a literatura especializada na temática esportiva não tem conseguido criar um debate qualificado sobre o espaço do lazer esportivo nas políticas de urbanização. A inexistência de indicadores que possibilitem uma intervenção mais racional na configuração dos espaços urbanos tem contribuído de maneira decisiva para o afastamento entre segmentos cada vez mais crescentes da população e os equipamentos esportivos públicos qualificados, diversificados, próximos da residência e com conforto ambiental.

Trabalhos como o de Peres e Melo (2006) reforçam a importância de se constituírem indicadores que possam ajudar na avaliação do acesso a espaços de lazer. O Índice de Desenvolvimento e Acesso à Cultura (IDAC), criado pelos autores, em sua versão absoluta e relativa, busca construir um quadro comparativo capaz de identificar a desigualdade de acesso aos equipamentos culturais, dentre eles, os esportivos. Uma análise ilustrativa desse debate também pode ser acompanhada através dos trabalhos de Santos (2006b) e Santos e Damico (2007). No primeiro estudo, comparou-se a área esportiva de cinco parques da cidade de Porto Alegre; no segundo, foram comparados os espaços de lazer de um bairro segregado. Esse tipo de estudo é importante, visto que a segregação socioespacial, característica marcante do nosso modelo de desenvolvimento urbano, tem constituído um acesso desigual aos espaços de lazer. Como há diversidade na formação das unidades espaciais – os bairros –, indicadores de acesso aos espaços esportivos públicos poderão ajudar a compreender essa realidade e a encontrar a melhor maneira para fazer a intervenção técnica e política.

É fundamental, portanto, estabelecer parâmetros, indicadores e índices qualitativos e quantitativos que permitam verificar a eficiência, eficácia e efetividade das ações estatal-governamentais de regulação, organização e ordenamento do território e da produção do ambiente construído; da organização e da distribuição das atividades urbanas; da organização e distribuição dos serviços e equipamentos públicos (CESTARO, 2005, p. 10).

Cestaro (2005) apresenta uma outra metodologia, vinculada à avaliação do sistema de lazer. Os parâmetros de análise são: sistema de lazer implantado, não-implantado, ocupado por equipamentos públicos, ocupado por favela, ocupado por outro e área de

proteção permanente. A análise do sistema de lazer da cidade de Piracicaba/SP permitiu verificar que ele reflete a estrutura social de acesso aos bens e ao direito à cidade.

Nesse sentido, este trabalho busca apresentar uma metodologia elaborada para avaliar diferentes aspectos dos espaços públicos que são utilizados para o lazer esportivo. Acreditamos que indicadores desse tipo podem auxiliar os governos na construção de políticas públicas de democratização do acesso a esse patrimônio cultural e a instrumentalizar a comunidade na defesa de seus direitos.

### **Os espaços públicos para o lazer esportivo**

Antes de realizarmos a apresentação e discussão da metodologia de avaliação dos espaços públicos para o lazer esportivo, cabe dar maior clareza sobre o que entendemos que são esses espaços. Os espaços públicos esportivos são espaços públicos construídos com a finalidade de garantir acesso ao lazer na sua versão contemplativa e ativa, principalmente. Eles podem ser classificados em áreas de acesso restrito e áreas de acesso livre. Os espaços públicos de acesso restrito são aqueles que oferecem algum tipo de regramento para obter o acesso ou permissão de uso, apesar de serem públicos. Enquadram-se nessa categoria os centros comunitários e as escolas públicas.

A incorporação da escola como um espaço público destinado também ao lazer é algo recente na realidade brasileira. Na Alemanha, por exemplo, políticas como essa datam da década de 70 (LUDTKE, 1984). A escassez de espaços públicos acabou pressionando gestores públicos a incorporar as escolas às políticas de desenvolvimento do lazer, principalmente aos finais de semana. O Programa Escola Aberta é resultado desse modelo de intervenção.

Os espaços públicos de acesso livre são aqueles que não oferecem nenhum tipo de restrição quanto ao acesso: praças e parques. Em Porto Alegre/RS, o debate sobre o fechamento de praças e parques é bastante embrionário e não é capaz de sinalizar ainda uma tendência capaz de constituir um contraditório empírico. Neste estudo, vamos manter essa distinção como verdadeira para o fim aqui proposto.

A leitura menos restritiva que encontramos na literatura aponta que a praça é um “[...] espaço livre urbano público destinado ao lazer ativo, contemplativo e ao convívio social, podendo ou não ser dotado de vegetação” (GUZZO, CARNEIRO e OLIVEIRA Jr, 2006, p.4).

Como não há convergência sobre suas dimensões<sup>5</sup>, sua classificação fica restrita àquilo que a legislação urbanística de cada cidade aponta como sendo uma praça.

Geralmente, os parques apresentam dimensões superiores às praças, podendo incorporar outras necessidades sociais, como a conservação da vegetação. Como a intenção do estudo é fazer uma avaliação das áreas esportivas, aqueles parques construídos para outra finalidade – parque de diversão, parque zoológico, parque ecológico, parque temático, por exemplo – não são alvos desta proposta metodológica. Estamos preocupados com os parques inspirados no *Park Movement*, que introduz o lazer ativo como um elemento de qualificação da vida nas cidades (NIEMEYER, 2000).

Os centros comunitários surgiram na década de 70 em consequência da política de habitação dos governos militares. O reassentamento de populações pobres em conjuntos habitacionais seguiu um padrão de distribuição espacial que buscava mantê-los distantes dos centros urbanos, princípio higiênico importante, e garantir-lhes o mínimo de infra-estrutura, restringindo sua mobilidade<sup>6</sup>. Os centros comunitários deveriam ser multifuncionais. Dentre as atividades previstas, estavam o lazer e a prática esportiva.

As escolas, como dissemos anteriormente, passaram, nos últimos anos, a dispor de seus espaços, principalmente aos finais de semana, para o uso do lazer. Portanto, elas podem ser incorporadas ao sistema de lazer que objetiva a promoção da prática esportiva.

### **Sinalizando indicadores**

Como já referimos anteriormente, políticas públicas voltadas para os problemas da cidade não podem prescindir de dados que permitam um olhar do conjunto da realidade urbana. Informações desse tipo são alvos de disputas de poder, pois impedir que a população possa compreender a desigualdade de acesso a algum bem social torna-se um instrumento poderoso dos que vêm no Estado apenas um espaço para implementação de políticas de interesse paroquiais.

Já há algum tempo estamos trabalhando para constituir um conjunto de indicadores que possam permitir uma leitura um pouco mais detalhada da realidade esportiva na cidade. Esses indicadores têm por finalidade melhorar o nível de informação sobre os espaços esportivos para o lazer. São eles: área esportiva construída, área esportiva útil, área

---

<sup>5</sup> Santos (2006a).

<sup>6</sup> Os programas habitacionais destinados à população pobre não cumpriram por completo seu planejamento, e muitos conjuntos ficaram sendo conhecidos como apenas depósitos de excedente.

esportiva total, potencial esportivo, diversidade esportiva, densidade esportiva e índice de conforto esportivo.

A Área Esportiva Construída (AEC) busca aferir, em m<sup>2</sup>, a área destinada a alguma prática esportiva. Essa área está associada ao espaço projetado para abrigar uma modalidade esportiva: as quadras<sup>7</sup> e as pistas, por exemplo. A AEC dos espaços públicos para o lazer corresponde ao somatório dos diferentes espaços esportivos construídos. Os limites impostos são determinados pelas linhas demarcatórias do espaço ou, quando não houver, pela área de uso da prática esportiva (área de jogo). Para as áreas de ginástica, consideramos que, para cada equipamento – banco para abdominal, barra e paralela, por exemplo –, a área seria aferida através da seguinte estratégia: cada equipamento de ginástica teria uma área pré-determinada de 2,25m<sup>2</sup>.

A Área Esportiva Útil (AEU) corresponde àquela área que não possui demarcação para a prática de alguma modalidade esportiva. Portanto, corresponde a uma área não-projetada, mas que é utilizada para realização de alguma prática esportiva. Para identificação desse indicador, estabelecemos duas estratégias, uma para os espaços públicos de acesso livre e outra para os espaços públicos esportivos de acesso restrito.

Para os espaços públicos de acesso livre, estabelecemos um percentual da área a ser definido a partir da característica topográfica do terreno. À medida que o terreno se torna mais inclinado, diminuem as possibilidades esportivas, principalmente para jogos coletivos, havendo redução do espaço que pode ser incorporado para o exercício do lazer esportivo. A caracterização topográfica é estabelecida pelo que consta na planta do espaço. Para obter-se a AEU, é necessário saber o valor da área total do espaço público esportivo das praças e parques. A Área do Espaço (A) também é representada na forma de m<sup>2</sup>.

Para terrenos planos, utilizamos como critério o valor de 20% do total da área, após subtrair-se a área esportiva construída.

*Fórmula:*

$$AEU = A - AEC \cdot 20/100$$

Para terrenos irregulares, são considerados 10% do total da área após subtrair-se a área esportiva construída.

*Fórmula:*

$$AEU = A - AEC \cdot 10/100$$

---

<sup>7</sup> No caso das quadras poliesportivas, considera-se a dimensão da maior modalidade inscrita no espaço.

Para terrenos em declive, 5% do total da área são considerados, após subtrair-se a área esportiva construída.

*Fórmula:*

$$AEU = A - AEC \cdot 5/100$$

Como espaços públicos de acesso restrito, consideramos aquelas áreas onde acontece algum tipo de atividade, como as salas de multiuso, mas que não possuem demarcação para a prática de alguma modalidade esportiva específica. Nesse caso, a AEU é o somatório das áreas que potencialmente permitem o uso de forma esportiva. Os valores também são dados em m<sup>2</sup>.

A Área Esportiva Total (AET) é o somatório da AEC e AEU. Indica o volume absoluto dos espaços esportivos existentes. Para compor esse índice, é necessário ter valores para os dois indicadores referência: AEC e AEU.

*Fórmula:*

$$AET = AEC + AEU$$

O Potencial Esportivo (PE) corresponde à divisão da área esportiva total (AET) pela área do espaço (A). Esse indicador só é válido para os espaços públicos abertos. Como o próprio nome diz, ele avalia o potencial esportivo da área: a capacidade que a área tem de absorver um maior ou menor volume de atividades esportivas. Sua variação é de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, mais esportiva é considerada a praça ou o parque público.

*Fórmula:*

$$PE = AET / A$$

O Índice de Diversidade Esportiva (IDE) corresponde ao total (em número absoluto) de modalidades esportivas que o espaço esportivo permite que seja experimentado e para as quais foi projetado. Ele aponta a diversidade de cada espaço quando comparado com espaços congêneres (praça/prança, escola/escola, parque/parque e centro comunitário/centro comunitário). Isso significa que a base de sua avaliação é a área que possui o maior número de espaços projetados para a prática esportiva. O indicador é obtido através da divisão do número de modalidades esportivas diferentes projetadas de uma área pelo número de modalidades esportivas diferentes projetadas do espaço de referência (aquele que permite o desenvolvimento do maior número de modalidades esportivas em espaços projetados). Esse indicador varia de 0 a 1. Zero corresponde ao espaço que não possui modalidade esportiva

projetada, e 1 vale para aquelas áreas que possuem o mesmo número de modalidades esportivas projetadas diferentes das da área referência. No caso das quadras poli-esportivas, consideramos que um único espaço pode absorver de três a quatro modalidades esportivas: voleibol, futsal, basquetebol e handebol.

*Fórmula:*

$IDE = \text{n}^\circ \text{ modalidades esportivas diferentes do espaço} / \text{n}^\circ \text{ modalidades esportivas diferentes do espaço-referência}$

A Densidade Esportiva (DenE) é o indicador utilizado para identificar a capacidade das escolas de absorver o maior número de usuários por metro quadrado. O DenE corresponde à divisão da área esportiva total (AET) pelo número de alunos por turno.

*Fórmula:*

$DenE = AET / \text{n}^\circ \text{ de alunos/turno}$

A Área Esportiva por Habitante (AEH) procura identificar a área esportiva por habitante/bairro. Ela está distribuída em três níveis: AEH 1, AEH 2 e AEH 3. A AEH 1 corresponde ao somatório da AEC dos espaços públicos de acesso livre por bairro. A AEH 2 corresponde ao somatório da AEC dos espaços públicos de acesso livre e de acesso restrito por bairro. E a AEH 3 corresponde ao somatório da AET de todo o Sistema de Lazer Esportivo por bairro.

*Fórmula:*

$AEH 1 = \sum AEC \text{ (praças e parques)} / \text{n}^\circ \text{ habitantes bairro}$

*Fórmula:*

$AEH 2 = \sum AEC \text{ (praças, parques, escolas e centros comunitários} / \text{n}^\circ \text{ habitantes bairro)}$

*Fórmula:*

$AEH 3 = \sum AET \text{ (praças, parques, escolas e centros comunitários} / \text{n}^\circ \text{ habitantes bairro)}$

O Índice de Conforto Esportivo (ICE) avalia o acesso da população a espaços esportivos que permitem uso independentemente de condições meteorológicas adversas. O critério utilizado para avaliar o conforto é a cobertura da área esportiva. A cobertura pode apresentar-se de duas formas: área coberta, com impedimento aéreo do contato com sol e

chuva; e ginásio, que possui cobertura aérea e lateral. O ICE pode ser restritivo ou ampliado. O restritivo refere-se apenas à área dos espaços cobertos de parques e praças por habitante bairro. O ICE ampliado refere-se à área dos espaços cobertos de parques, praças, centros comunitários e escolas públicas por habitante bairro. No caso das escolas, incorporam-se a esse índice as áreas que constam como AEU.

*Fórmula:*

ICE restrito =  $\sum$  área dos espaços cobertos (praças e parques)/ n° habitante bairro

ICE ampliado =  $\sum$  área de todos os espaços cobertos/ n° habitante bairro

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO**

Para avaliar o acesso e a distribuição dos equipamentos públicos esportivos no tecido urbano, é necessário dar maior qualidade às informações sobre esses espaços. A existência de um espaço público para o lazer não pressupõe que, no seu interior, haja equipamentos públicos projetados voltados para a prática esportiva. Não é raro encontrarmos praças públicas em que os equipamentos inexistem. A Praça da Alfândega, no centro de Porto Alegre/RS, é um bom exemplo dessa realidade. Portanto, torna-se insuficiente, para o sentido que queremos dar à nossa proposta metodológica, utilizar como indicador apenas a existência do espaço, como fez o IDAC.

Identificar o volume dos espaços esportivos projetados (AEC) já nos permite avançar um pouco na caracterização dessa realidade. Felizmente, a cultura esportiva não é refém dos espaços projetados. A competição pelo uso dos equipamentos esportivos ou as necessidades apontadas pelos sujeitos que buscam satisfazer suas necessidades emocionais, como diriam Elias e Dunning (1992), produzem um cenário onde pequenas faixas de terreno são utilizadas com finalidades esportivas. Nesse sentido, incorporar essa área na análise dos espaços públicos esportivos como AEU permite uma avaliação mais precisa da capacidade do espaço público de absorver atividades esportivas realizadas em locais improvisados.

Um problema na constituição desse indicador estava associado à capacidade do terreno, pelas suas condições topográficas, de ser o franqueador do volume de atividades. Observamos que os terrenos planos são mais eficazes. Eles podem dispor de uma grande área para realizar jogos coletivos de improviso. Já os terrenos inclinados apresentam uma grande dificuldade para dispor áreas que possam incorporar essas atividades. Para solucionar esse

problema, optamos por definir um percentual da área que se diferencia a partir das características topográficas, mas que mantém a mesma base comparativa entre todos os espaços, em m<sup>2</sup>. Por entendermos que esses espaços também podem abrigar outras funções é que a AEU utiliza apenas um percentual reduzido do terreno.

A AET, por incorporar a AEC e AEU em sua composição, dá maior nitidez às possibilidades esportivas de um determinado espaço público. Porém, a fim de compreender outras dimensões, sentimos a necessidade de buscar indicadores que expressassem a capacidade e a qualidade dos espaços.

Nos primeiros exercícios de experimentação da AET, percebemos que áreas com dimensões similares apresentavam diferentes resultados quanto a esse indicador. Alguns espaços tinham sua área melhor aproveitada – volume – com equipamentos esportivos. A partir disso, buscamos construir outro indicador que pudesse expressar esse diferencial: o potencial esportivo da área. Esse indicador avalia o grau de comprometimento da área com as atividades esportivas. Quanto maior o potencial esportivo, maior a capacidade de absorver usuários que fazem dos esportes um rico instrumento de formação de sua identidade.

O fato de termos uma área com uma AET e um PE elevados não garantia que um maior número de interesses esportivos pudesse ser ali estar representado. Faltava um indicador que apontasse o grau de diversificação do espaço, ou seja, quantas modalidades poderiam ser desenvolvidas a partir dos espaços projetados. O IDE propõe-se a fazer essa avaliação. Na falta de um valor ideal de diversificação, utilizamos como referência o maior valor encontrado em espaços congêneres. Esse maior valor registra uma possibilidade real.

O uso aleatório e rotativo dos espaços públicos esportivos de acesso livre não permite verificar sua capacidade em absorver a população usuária. No caso das escolas, por haver um público regular utilizando os espaços esportivos, essa realidade pode ser investigada. A DenE busca verificar a quantidade de espaço esportivo disponível por aluno. Na falta de um planejamento mais eficaz e de uma compreensão da importância do espaço escolar na formação dos alunos, gestores públicos têm optado pelo maior adensamento do ambiente escolar como uma estratégia de menor custo para garantir a universalização do ensino. Esse indicador permite identificar o grau de comprometimento da realidade escolar quando o assunto é garantir um acesso qualificado ao patrimônio cultural esportivo.

Como uma das funções de um indicador é melhor compreender a natureza das diferenças, uma análise que pudesse ser contrastada com o número de habitantes/bairro poderia ajudar na leitura do acesso aos espaços públicos esportivos pelo conjunto da população. Porém, cabe salientar que o bairro não constitui a melhor estratégia para fazer essa análise.

A separação de uma rua pode caracterizar um morador como sendo mais frágil quando o assunto é acesso aos equipamentos esportivos. Ele pode residir num bairro com baixos índices de acesso ao patrimônio esportivo, mas ser vizinho próximo de uma área de um outro bairro que comporta uma outra realidade. Se levarmos em consideração que há bairros com uma grande extensão, muitas vezes, pode ser mais fácil e mais rápido utilizar os serviços públicos do bairro vizinho do que se dirigir àqueles oferecidos pelo seu bairro.

Para melhor compreender o acesso dos habitantes, a solução mais adequada seria o geo-referenciamento dos dados e a criação de diferentes zonas – extensão de análise. Nesse caso, o ponto referência não seria o bairro, e sim o próprio espaço para a prática esportiva. Poderíamos identificar onde há uma superposição de oferta, a 200m ou 500m do espaço, e aquelas regiões em que o equipamento esportivo mais próximo fica a mais de 1 km do município, constituindo, assim, uma realidade incompatível com a garantia da aderência à prática esportiva no âmbito do lazer. Nesses casos, a rua constitui-se como o espaço mais adequado para sua experimentação.

Utilizando como referência o bairro, construímos um indicador que pudesse garantir três níveis de análise. Um que pudesse avaliar o acesso à AEC dos espaços públicos de acesso livre. Num segundo momento, incorporamos no índice os espaços públicos de acesso restrito. A diferença no *ranking* entre os dois primeiros índices poderia ser um sinalizador para os projetos que buscam integrar a escola nas políticas de acesso à prática esportiva (Projeto Escola Aberta). No terceiro, acrescentamos a AEU ao índice.

Apesar da ressalva já apontada, a unidade político-administrativa, o bairro, tem sido utilizada para fazer outras análises, como aquela que busca sinalizar o grau de violência na cidade. Como esse índice está organizado numa estrutura crescente, em termos de área disponível para a prática esportiva, uma análise do posicionamento dos bairros em seu conjunto poderá ajudar a melhor compreender a configuração dessa realidade.

O ICE tem um papel importante na compreensão da aderência das crianças e jovens a programas esportivos. O trabalho de Santos (2003) apontou com bastante clareza o impacto de alguns eventos climáticos que criam restrições ou impedem a experimentação corpórea em espaços abertos, principalmente no Rio Grande do Sul. Ter acesso a espaços públicos esportivos cobertos, além de ser uma necessidade para garantir aderência a programas esportivos, é um direito social intrinsecamente vinculado ao próprio direito ao lazer esportivo.

Se compreendermos que o acesso à prática esportiva é um direito social, o conjunto desses indicadores pode ajudar os gestores públicos a melhor organizar suas políticas de lazer. Sem eles, há uma grande possibilidade de o Estado agir no sentido contrário às políticas públicas, promovendo a ampliação das desigualdades já existentes. Se compreendermos que o acesso à prática esportiva – direito social – passa pela construção de equipamentos esportivos, o papel do Estado, também nessa área, acaba sendo decisivo no estabelecimento das fronteiras da segregação urbana (DAVIS, 2006).

Uma característica fundamental do processo de urbanização foi, portanto, a assimetria entre a localização e as condições sociais, fazendo do ambiente construído espaço privilegiado de expressão das desigualdades sociais, com a permanente pressão dos mais pobres em direção às piores localizações (HUGHES, 2004, p. 94).

## CONCLUSÃO

A finalidade do estudo foi trazer para o debate acadêmico um conjunto de indicadores que têm sido utilizados para fazer análises do acesso aos espaços esportivos. Eles buscam transformar em índices informações que permitam a comparação e a caracterização qualitativa dos espaços públicos. São eles: o tamanho da área esportiva construída, aquelas áreas que podem ser utilizadas com finalidades esportivas sem terem sido projetadas para tal tarefa, a quantidade total de área disponível, o potencial esportivo de cada espaço público, a densidade esportiva das áreas escolares, a diversidade de espaços esportivos, a quantidade de área esportiva por habitante e o índice de conforto esportivo. Acreditamos que esses índices poderão ajudar gestores públicos e a população em geral a melhor compreender as diferentes desigualdades no acesso ao patrimônio esportivo.

## REFERENCIAS

ALDEMIR, J. F. et al. A frequência dos parques de lazer na cidade do Recife e o perfil dos frequentadores. In: ACTAS AS CIÊNCIAS DO DESPORTO E A PRÁTICA ESPORTIVA, 1991, Porto. **Anais ...** Porto: UP, 1991. p. 441-441.

ALVIN, A. A. T. B.; KATO, V. R.; CASTRO, L. G. R.; ZIONI, S. M. . Avaliação de Políticas Urbanas e Escalas. In: III FÓRUM DE PESQUISA FAU-MACKENZIE, 2007, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana, 2007.

BARBIN, H. S. **Histórico da evolução do uso do solo e estudo dos espaços livres públicos de uma região do Município de Piracicaba (SP)**. 2003. 196 f. Tese (Doutorado em Agronomia) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. Piracicaba.

BARCELLOS, T. M.; MAMMARELLA, R. Questões teóricas e metodológicas na pesquisa recente sobre as grandes cidades: notas para reflexão. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, FEE, v. 22, n. 2, p. 248-269, 2001.

BIONDI, D.; MORMUL, M. L. P. Parques urbanos de Curitiba/PR: qual a preferência de seus usuários? In: VII ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE PAISAGISMO E URBANISMO, 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ENEPES, 2004. p. 161-179.

CALDEIRA, T. P. R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 4, p. 155-176, março. 1997.

CASTRO, G. C.; ABRAMOVAY, M.; RUAS, M. G.; ANDRADE, E. R. **Cultivando vida, desarmando violência**: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. Brasília: UNESCO/Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

CESTARO, L. Lazer e segregação sócio-espacial: levantamento das áreas destinadas ao sistema de lazer no município de Piracicaba (SP). **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 3, n. 2, p. 54-65, dez. 2005.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Tradução de Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa: Difel, 1992.

FESTI, A. V. Os critérios de áreas verdes e Sistemas de Lazer no planejamento urbano. In: ANAIS CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis: UFSC. 2004. p. 235.

FREIRE, J. B. **Sistemas de lazer e violência urbana**: estudo da relação no Município de Piracicaba – SP. 256 f. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, USP, Piracicaba, 2005.

GUZZO, P.; CARNEIRO, R. J. A.; OLIVEIRA Jr, H. Cadastro municipal de espaços livres urbanos de Ribeirão Preto (SP): acesso público, índices e base para novos instrumentos e mecanismos de gestão, **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, v. 1, n. 1, p. 19-30, dez. 2006.

HUGHES, P. J. A. Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referência para a formação de políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n. 4, p. 93-102, out./dez. 2004.

KLISKSBERG, B. **América Latina**: uma região de risco – pobreza, desigualdade e institucionalidade social. Tradução de Norma Guimarães. Brasília: UNESCO, 2002.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 63, p. 9-30, jul. 2002.

LÜDTKE, H. O lazer como o campo de condição social para atividades esportivas. In: DIECKERT, J. (org.) **Esporte de lazer**: tentativa e chance para todos. Tradução de Maria Lenke. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984. p. 37-52.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.

MARICATO, E. Globalização e política urbana na fronteira do capitalismo. In: QUEIROZ, L. C.; SANTOS Jr., O. A. (orgs.) **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Revan; FASE, 2007.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p.21-33, out./dez. 2000.

MINAYO, M. C. S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10 (Supl. 1), p. 07-18, 1994.

MONTE-MÓR, R. L.; COSTA, H. S. M. A cidade e a reestruturação mundial contemporânea: um roteiro de leitura. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 8, n. 8, p. 10-20, fev. 2001.

NIEMEYER, C. A. C. A ascensão do lazer ativo nas sociedades urbano-industriais e a criação dos parques infantis em São Paulo, **Sinopse**. São Paulo. n. 34, p. 9-19, dez. 2000.

PERES, F. F.; MELO, V. A. Espaço, lazer e política: desigualdade na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro, *Lecturas educacion fisica y deportes*.

**Revista Digital**, Buenos Aires, v. 10, n. 93, fev. 2006. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd93/rio.htm> Acesso em: 2 março 2008.

PERES, M. F. T.; CARDIA, N.; SANTOS, P. C. **Homicídio de crianças e jovens no Brasil: 1980-2002**. Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo, SP: NEV/USP, 2006.

RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS Jr, O. A. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. **Revista EURE**, Santiago de Chile, v. 29, n. 88, p. 79-95, dic. 2003.

RODRIGUES, J.; ARRIAGADA, C. Segregación residencial em la ciudad latinoamericana, **Revista EURE**, Santiago de Chile, v. 39, n. 89, p. 5-24, may. 2004.

SANT'ANA, A.; AERTS, D.; LOPES, M. J. Homicídios entre adolescentes no sul do Brasil: situação de vulnerabilidade segundo seus familiares. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 120-129, jan./fev. 2005.

SANTOS, E. S. Conforto ambiental e lazer esportivo na cidade. **Corpo em Movimento**, Canoas, v. 1, p. 155-169, 2003.

SANTOS, E. S. Reflexões sobre a utilização dos espaços públicos para o lazer esportivo. **RA' EGA**, Curitiba, v. 11, p. 25-36, 2006a.

SANTOS, E. S. Análise comparativa dos espaços esportivos. Lecturas educacion fisica y deportes. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 10, n. 92, ene. 2006b. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd92/parques.htm> Acesso em: 6 março 2008.

SANTOS, E. S.; DAMICO, J. G. Lazer e juventude na periferia da cidade de Canoas/RS: a experiência na Região da Grande Mathias. In: **Brincar, jogar, viver: programa de esporte e lazer da cidade**. Brasília: Ministério dos Esportes, 2007, v. 2.

SILVA, L. A. M. Criminalidade Violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 13, p. 115-124, nov. 1999.

TORRES, H. G. Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 19, n. 54, p. 41-56, fev. 2004.

TORRES, H. G.; MARQUES, E.; FERREIRA, M. P.; BITAR, S. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n.47, p. 97-128, 2003.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**. Tradução de João Martins Filho et al. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2001.

ZALUAR, Alba. O esporte na educação e na política pública. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, n. 38, p.19-44, 1991.